

HABEAS CORPUS Nº 517.292 - ES (2019/0181291-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : CLAUDIOMAR BARBOSA E OUTRO
ADVOGADOS : CLAUDIOMAR BARBOSA - ES013340
PAULO MAURICIO CORREIA BARBOSA - ES030603
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : CLAUDIA MARIA RODRIGUES APRIGIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CLAUDIA MARIA RODRIGUES APRIGIO em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, assim ementado (fl. 304):

HABEAS CORPUS - TRAFICO E ASSOCIAÇÃO DE DROGAS - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CPP - PRISÃO DOMICILIAR - ORDEM DENEGADA.

1. Constatada a presença do *fumus commissi delicti*, a manutenção da custódia preventiva justifica-se em razão da gravidade concreta e a periculosidade social da paciente, patrocinadora e coordenadora do tráfico de entorpecentes no município, sendo justificada a manutenção da prisão para resguardar a ordem pública, com o fito de evitar a reiteração criminosa e a garantia de aplicação da lei penal.

2. A Suprema Corte considerou que, em situações excepcionais, que devem ser devidamente fundamentadas pelos Juizes, poderá persistir a prisão, devendo ser avaliada ainda, tanto a situação da criança, inclusive acerca da prescindibilidade dos cuidados maternos, bem como as condições que envolveram a prisão da mãe. A situação da Paciente é excepcional, devendo a prisão preventiva ser mantida em razão das peculiaridades do caso, em especial o fato de a paciente responder outras ações penais, de modo que uma vez solta poderá manter-se na prática de crimes.

3. Ordem denegada.

Consta dos autos que a paciente teve sua prisão preventiva decretada em sentença no dia 17/1/2019, sendo condenado à pena de 9 anos e 10 meses de reclusão, pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei 11.343/2006.

Sustentam os impetrantes, em síntese, a ausência de requisitos ensejadores da prisão preventiva em sentença. Consta também da inicial a alegação de ausência de justa causa diante da ausência do laudo de constatação preliminar e do laudo toxicológico.

Formulam em favor de CLAUDIA MARIA RODRIGUES APRIGIO pedido de extensão dos efeitos da decisão que deferiu o pedido liminar em

Superior Tribunal de Justiça

habeas corpus em favor de JOSE NILTON MONTEIRO BONZE (HC 513.036/ES), aduzindo que a paciente está na mesma situação fático-processual do corrêu, ensejando, assim, a aplicação do art. 580 do CPP.

Aduzem, ainda, que a paciente ostenta condições pessoais favoráveis e que possui criança menor de 12 anos, fazendo jus a prisão domiciliar nos moldes do art. 318, VI, do Código de Processo penal em vista que é imprescindível aos seus cuidados.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, a conversão da prisão preventiva em domiciliar, bem como o trancamento da ação penal.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público manifestou-se pela denegação da ordem.

A defesa juntou documentos às fls. 1.391/1.396.

Na origem, o processo n. 0000555-22.2014.8.08.0036 encontra-se na fase de apelação aguardando a remessa ao tribunal *a quo*, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 29/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A matéria relativa à ausência de justa causa não foi objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 304/308. Então, esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta da sentença (fls. 179 e 201):

[...]. O denunciado mantinha em depósito, na sua residência, mais precisamente atrás de uma hack de televisão, um tablete grande de maconha, com cerca de 400 (quatrocentos) gramas, seis tabletes menores, com aproximadamente 12 (doze) gramas da mesma substância entorpecente prensada, e uma balança de precisão, bem como, atrás de uma cômoda, foi encontrado pela Polícia um simulacro de arma de fogo e, dentro da carteira do denunciado, foi localizada a quantia de R\$ 986,00 (novecentos e oitenta e seis reais) em espécie, sem falar, ainda, na touca tipo "ninja" encontrada pela Polícia durante o cumprimento de mandados de busca e apreensão, que resultaram na prisão em flagrante.

Superior Tribunal de Justiça

[....]

Outrossim, não se mostra eficaz e razoável aplicar a prisão domiciliar para a ré Cláudia Aprigio pelo fato desta reiterar na prática do tráfico de drogas, posto que figura como **acusada em outra ação penal (autos de nº 0001181-70.2016.8.08.0036), sendo apontada como integrante de uma associação para o tráfico de drogas formada por diversas pessoas. Assim sendo, nego a ré o direito de recorrer em liberdade.[...].**

Como já adiantado no exame da liminar, a sentença apresenta fundamentação que deve ser entendida como válida para a prisão preventiva, evidenciada na reiteração delitiva, pois a paciente *figura como acusada em outra ação penal (autos de nº 0001181-70.2016.8.08.0036), sendo apontada como integrante de uma associação para o tráfico de drogas formada por diversas pessoas.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública, como no caso dos autos. Nesse sentido: HC n. 286854/RS _ 5ª T. _ unânime _ Rel. Min. Felix Fischer _ DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG _ 6ª T. _ unânime _ Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura _ DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG _ 5ª T. _ unânime _ Rel. Min. Laurita Vaz _ DJe 24/6/2014.

De outro lado, constata-se que os fatos ocorreram em 11/7/2014 envolvendo o corréu JOSE NILTON MONTEIRO BONZE (fl. 41), e, após o avanço das investigações, em razão das escutas telefônicas autorizadas pela justiça, a paciente ingressou no polo passivo da ação penal em 30/9/2014, mas não teve a sua prisão preventiva decretada no curso da instrução criminal.

Conclui-se que a paciente respondeu ao processo em liberdade desde 3/10/2014, sendo decretada sua prisão preventiva na sentença condenatória, em 17/1/2019 (fl. 205), cujo mandado foi cumprido em 21/1/2019 (fl. 1.398), sem ter sido apontado fato recente a justificar a segregação provisória.

Nesse sentido, esta Corte Superior entende que a urgência intrínseca às cautelares, notadamente à prisão processual, exige a contemporaneidade dos fatos justificadores dos riscos que se pretende evitar com a prisão. Nesse sentido: HC 214921/PA - 6ª T - unânime - Rel. Min. Nefi Cordeiro - DJe 25/3/2015; HC 318702/MG - 5ª T - unânime - Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca - DJe 13/10/2015.

Desse modo, a falta de contemporaneidade do delito imputado ao paciente associada à não ocorrência de fatos novos a justificar, no momento da

Superior Tribunal de Justiça

prolação da sentença condenatória, a necessidade de segregação, tornam a prisão preventiva ilegal, por não atendimento do requisito essencial da cautelaridade, assim como reconhecido ao corrêu no HC 513.036/ES.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura da paciente CLAUDIA MARIA RODRIGUES APRIGIO, o que também não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

